



ORDEM E PROGRESSO

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil

2

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

ORDEM E PROGI

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil 2

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M644 Militância política e teórico-científica da educação no Brasil
2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Airã
de Lima Bomfim. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-497-9

DOI 10.22533/at.ed.979202710

1. Educação. 2. Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes
da (Organizador). II. Bomfim, Airã de Lima (Organizador). III.
Título.

CDD 370.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do Novo Coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

O contexto pandêmico tem alimentado uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia tem escancarado o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste Volume 02 de **“*Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil*”**, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente.

Este livro, ***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***, reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados brasileiros e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse Volume 02 são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

Airã de Lima Bomfim

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA NA PERSPECITIVA INCLUSIVA

Raimundo Nonato Carlos Arruda

Alceu Zoia

DOI 10.22533/at.ed.9792027101

CAPÍTULO 2..... 11

GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: UMA REFLEXÃO DAS AÇÕES COTIDIANAS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM GURUPI – TO

Joel Moisés Silva Pinho

Jamim Alves Araújo

DOI 10.22533/at.ed.9792027102

CAPÍTULO 3..... 20

PERCURSO FORMATIVO E TRABALHO DOCENTE: SABERES E PRÁTICAS

Fábia Lima Algarve

Andrea Ad Reginatto

DOI 10.22533/at.ed.9792027103

CAPÍTULO 4..... 28

CONVERSANDO COM PAIS SOBRE AS (CON)VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES ADOLESCENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cândida Prates Dantas

Clarissa Faverzani Magnago

Marjorie Ribeiro Macedo de Oliveira

Pedro Henrique Machado

DOI 10.22533/at.ed.9792027104

CAPÍTULO 5..... 36

COMUNIDADE DE INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINO MÉDIO DO IFMT- CAMPUS BARRA DO GARÇAS: UM PASSO EM DIREÇÃO A “EDUCAÇÃO PARA O PENSAR” DE MATTHEW LIPMAN

Ivo Luciano da Assunção Rodrigues

João Luis Binde

Bianca Sobrinho Lima

Luiz Roberto dos Santos Corrêa Neto

Natália Lima Frank

Victória da Cruz Mota

DOI 10.22533/at.ed.9792027105

CAPÍTULO 6..... 48

DESAFIOS NA APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO HÍBRIDO EM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO INTEGRADO

Renato de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.9792027106

CAPÍTULO 7	59
GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA E SUA GUERRA DE BOTÕES	
Wallace Santos Vieira	
Kássia Auxiliadora Filiagi Gregory	
Maritza Maciel Castrillon Maldonado	
DOI 10.22533/at.ed.9792027107	
CAPÍTULO 8	71
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: DESAFIO CONTEMPORÂNEO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR	
Jurema Pires Soares	
Ilma de Araújo Xaud	
Simone Rodrigues Batista Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.9792027108	
CAPÍTULO 9	81
INTERNACIONALIZAÇÃO E INTERCOMPREENSÃO: ARTICULAR POLÍTICAS EDUCATIVAS E LINGÜÍSTICAS A FAVOR DO PLURILINGUÍSMO E DA INTERCULTURALIDADE NOS IES	
Joséphine Correia Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.9792027109	
CAPÍTULO 10	85
VIOLÊNCIA URBANA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
Adelcio Machado dos Santos	
Adriana Silva	
DOI 10.22533/at.ed.97920271010	
CAPÍTULO 11	100
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR GESTOR ESCOLAR	
Krys Ellem Honório Cardoso	
Ester Assalin	
DOI 10.22533/at.ed.97920271011	
CAPÍTULO 12	115
UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA, MULTI OU INTERCULTURAL? O CASO PERUANO DO ENCONTRO TINKUY	
Lilia Maria Nieva Villegas	
Sonia Cristina Soares Dias Vermelho	
Charo Jacqueline Jauregui Sueldo	
DOI 10.22533/at.ed.97920271012	
CAPÍTULO 13	122
O TÉCNICO E A COMUNIDADE	
Etianne Alves Souza de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.97920271013	

CAPÍTULO 14..... 133

EDUCAÇÃO E CONSUMO NA CIBERCULTURA: PROCESSO DE COMUNICAÇÃO ONLINE

Solange de Fátima Wollenhaupt
Lúcia Helena Vendrúsculo Possari

DOI 10.22533/at.ed.97920271014

CAPÍTULO 15..... 145

ONDE ESTÃO OS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO EIXO TECNOLÓGICO RECURSOS NATURAIS DO IFAM-CAMPUS PARINTINS?

Iago Pantoja de Azevedo
Norberto Góes Junior
Wanderley Mendonça de Souza
Kildery Alex Freitas Serrão
Ana Carolina Souza Sampaio Nakauth

DOI 10.22533/at.ed.97920271015

CAPÍTULO 16..... 157

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: DESAFIO DE PROMOVER A SAÚDE EXTRA HOSPITALAR

Maria Jussara Medeiros Nunes
Palloma Rayane Alves de Oliveira Sinezio
Mayame Jordânia Rebouças de Oliveira
Libne Lidianne da Rocha e Nóbrega
Nayanne Victória Sousa Batista
Gabriel Victor Teodoro de Medeiros Marcos
Tania Maria das Chagas Costa
Maria Cleide Araújo de Medeiros Moraes
Francisca Gilberlania da Silva Santos Barreto
Lívia Natany Sousa Moraes
Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.97920271016

CAPÍTULO 17..... 166

GÊNERO, *SCRIPT SEXUADO* E PROFISSÕES JURÍDICAS

Maria Carolina Loss Leite

DOI 10.22533/at.ed.97920271017

CAPÍTULO 18..... 178

UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL PARA CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE IRÃO IMPACTAR EM AÇÕES DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA NOS ESPAÇOS ESCOLARES

Bruna Lara Campos de Moraes
Jaqueline Maissiat

DOI 10.22533/at.ed.97920271018

CAPÍTULO 19.....	191
BLENDED LEARNING: COMO INOVAR O ENSINO HÍBRIDO COM O USO DE VIDEOCONFERÊNCIA	
Rodolfo Faquin Della Justina	
Guilherme Mattei Orbem	
Eliane Pozzebon	
Jefferson Pacheco dos Santos	
Eduardo Gonzaga Bett	
Ismael Mazzuco	
DOI 10.22533/at.ed.97920271019	
CAPÍTULO 20.....	201
CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR: EU NA UNIOESTE	
Janaina Aparecida de Mattos Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.97920271020	
SOBRE OS ORGANIZADORES	210
ÍNDICE REMISSIVO.....	211

GÊNERO, *SCRIPT SEXUADO* E PROFISSÕES JURÍDICAS

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 25/06/2020

Maria Carolina Loss Leite

IESP – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/9138807249277379>

RESUMO: O presente trabalho é fruto de inquietações durante a construção de minha dissertação de mestrado em Sociologia. Tem por objetivo trazer para uma discussão acadêmica as diferenças sobre as percepções de gênero no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, tendendo a uma Sociologia das Profissões e a uma Sociologia do Direito, onde as práticas sociais informais estabelecem diferentes arranjos de interação social face a face no interior da instituição em meio a contextos formais e regradados. O estudo trará além de uma pequena introdução, a origem do conceito de *script sexuado* e *script sexuado de carreira*, bem como seu uso nos estudos das profissões jurídicas no Brasil e na França. Em seguida, será elucidado os conceitos de sistemas credenciais e de abrigos de mercado na tentativa de relacioná-los ao ambiente de trabalho na Defensoria Pública carioca e às diferenças nas percepções de gênero. Também será apresentado uma breve revisão de literatura acerca do gênero e seu estudo nas profissões jurídicas brasileiras. Este estudo tende a demonstrar a importância de trazer à tona pesquisas acerca das desigualdades sobre

as percepções de gênero dentro de ambientes institucionalizados e profissionalizados, como é o caso da Defensoria Pública carioca, em que termos como neutralidade e igualdade são constantemente utilizados para demonstrar uma dada realidade laboral entre homens e mulheres. **PALAVRAS- CHAVE:** Gênero, Sociologia das Profissões, Defensoria Pública.

GENDER, *SEXUAL SCRIPT* AND LEGAL PROFESSIONS

ABSTRACT: This paper is part of inquietudes during the construction of my research for Sociology Master's Degree. It has the intention propose academy discussion the different perceptions about gender inside of Rio de Janeiro State Public Defender's Office, tending for a Sociology of Professions end a Sociology of Law, where the informal social practices establish different arrangements inside of institutions with formals contexts. The article brings a small introduction, the sexual script concept origin and sexual career script, as well as the use in professions legal studies in Brazil and French. Then, I clarify the concepts about credentials systems and market shelters, in a tentative of relacionate to the work inside of Rio de Janeiro State Public Defender's Office. I will present a brief review about gender and Brazilian legal professions studies, too. The paper will tends to demonstrate the importance to bring researches inequalities gender perceptions inside institutionalized and professional environments as Rio de Janeiro State Public Defender's Office, where terms how neutrality and equality are

constantly used to demonstrate a kind of job reality between men and women.

KEYWORDS: Gender, Sociology of Professions, Public Defender's Office.

1 | INTRODUÇÃO

Para Durkheim (1999), a separação dos sexos foi um acontecimento capital na evolução dos sentimentos, gerando a divisão sexual do trabalho. Nessa divisão laboral poderia haver apenas uma análise dos órgãos sexuais, e outras características físicas que dependessem deles, ou uma análise das funções sociais entre os sexos. A mulher, em tempos mais remotos, não era tida como frágil, participando, inclusive, dos cenários de guerras. Mas, ao longo da progressão da moralidade, através da chegada da modernidade, a docilidade lhe foi imputada. O trabalho sexual foi ficando cada vez mais dividido, onde a mulher passou a não participar mais da vida belicosa e pública, dedicando-se inteiramente para a família e o interior da casa. Logo, a monopolização de um sexo para as funções ligadas à emoção e outra para as funções intelectuais ficou estabelecida.

Durkheim acredita que a utilidade econômica da divisão sexual do trabalho talvez tenha algo a ver com isso, haja vista que caso não tivesse ocorrido esta separação dos sexos, a vida social não teria acontecido. Porém, além dos interesses puramente ligados ao capital, ela consiste em uma ordem social e moral singular, estabelecendo um papel de gênero bem como diferentes percepções sobre este. Atualmente, ainda existem populações em que as mulheres são partícipes da vida pública, geralmente as ditas “primitivas” como sociedades de aldeias mais afastadas de grandes centros.

2 | O SCRIPT SEXUADO: A ORIGEM DO CONCEITO

Antes de ser utilizado dentro dos estudos de uma Sociologia do Direito para análises de percepções de gênero nas carreiras jurídicas, Simon e Gangon (1986) desenvolveram o conceito de *script sexuado*. Sendo seus estudos uma tentativa de analisar a construção social sobre sexualidade humana, autores como Freud, Mead, entre outros, foram utilizados para compor suas explicações sobre tal conceito. Assim, a teoria do *script* seria uma forma de ligar as relações socioculturais e individuais, embasando-a em três níveis: nos cenários culturais (ligados ao coletivo), nos *scripts* interpessoais (a aplicação de cenários culturais específicos por um indivíduo específico em um contexto social específico) e nos *scripts* intrapsíquicos (o gerenciamento de desejos).

A utilização do termo *script* foi feita por eles como uma metáfora na tentativa de explicar a vida social tendo em vista que, em grande parte das vezes, ela opera sob a orientação de uma sintaxe operacional. Dentro dos níveis criados para o entendimento da teoria, os cenários culturais seriam o conjunto das instituições em formato de sistemas, onde a prática de papéis específicos seria oferecida. No entanto, mesmo naqueles cenários mais tradicionais, aparentemente, o que se observa não seria o comportamento real.

Os três níveis de *scripts* - os cenários culturais, os *scripts* interpessoais e os intrapsíquicos - não aparecerão em todos os ambientes e não serão iguais aos indivíduos, alterando-se com o cenário. E dependendo do contexto, os cenários culturais retratarão apenas as ritualizações improvisadas que os observadores e os observados precisem para compreender aquele momento.

O estilo patriarcal idealizado ao longo do século XIX acomodou de maneira mais fácil os papéis de pai, empregador, líder político, professor, ficando difícil conceber qualquer comportamento, exceto aquele biologicamente programado e não roteirizado. Entretanto, o próprio conceito de *script sexuado* rejeita a ideia de “único”, sendo o sexuado não visto como um aspecto intrinsecamente significativo do comportamento humano. Em vez disso, a teoria considera o sexuado como algo significativo quando é definido como significativo pela vida coletiva (significado sociogênico) ou quando as experiências individuais ou o desenvolvimento lhe atribuem um significado especial (significado ontogênico).

A teoria baseou-se em grandes tradições intelectuais, como a perspectiva interacionista simbólica, a qual examina a vida social como um processo comunicativo e uma contribuição teórica que acrescenta uma ênfase crítica nos esforços da estrutura social dos sistemas simbólicos e uma abordagem analítica dos efeitos das interações de símbolos. Ainda, há base em obras de Freud, as quais oferecem uma abordagem para a interação do material simbólico no nível intrapsíquico, lembrando-nos que o estudo do comportamento humano é um estudo de transformações e de repetições.

O conceito do comportamento homossexual foi organizado em termos de estado civil, isto é, as carreiras sexuadas foram incluídas sob os títulos de experiências pré-maritais, conjugais, extraconjugais ou pós-matrimoniais. Entretanto, as mudanças recentes nos padrões de comportamento sexual refletem não apenas uma mudança profunda nos significados ligados às mudanças sexuadas, mas também profundas na ordenação das carreiras familiares e, em última análise, na própria definição do próprio ciclo de vida.

Wiederman (2015) publicou o artigo “Sexual Script Theory: Past, Present, and Future”, trabalhando uma perspectiva sobre a teoria do *script sexuado* de Simon e Gagnon, fazendo um balanço do que foi estudado, o que estava sendo feito à época de sua publicação e o que o futuro guardava para tal teoria. Citando a teoria criada por Simon e Gagnon nos anos 70, assinalou o trabalho desses autores como sendo um dos mais importantes no âmbito das pesquisas dos comportamentos sexuais.

E ao fazer uma releitura do estudo de Simon e Gagnon, o autor analisou os comportamentos sexuais humanos baseados em *scripts* cotidianos. Para ele, calçada no interacionismo simbólico, a teoria analisava como os *scripts* sexuados são criados, absorvidos, mudados e aplicados na interação face-a-face dos indivíduos dentro de suas sociabilidades. Fazendo referência sempre aos autores-chaves dentro da teoria, lembrou que o contexto jamais deve ser esquecido para analisar o comportamento humano, mesmo sendo o sexual.

31 O SCRIPT SEXUADO E AS PROFISSÕES JURÍDICAS

No artigo “*Les ‘scripts sexes’ de carrière dans les professions juridiques en France*”, Nicky Le Feuvre e Nathalie Lapeyre (2005) abordaram os processos de diferenciação de gênero nas profissões jurídicas na França. Apesar de a grande maioria dos advogados franceses serem do sexo feminino, esse grupo ainda permanecia sub-representado nos níveis hierárquicos mais altos das carreiras jurídicas. Nesse contexto, o conceito *script sexuado* foi mobilizado pelas pesquisadoras para demonstrar tal marginalização.

Ao realizarem as entrevistas com homens e mulheres, as pesquisadoras perceberam que ambos os grupos relataram que as mulheres possuíam mais dificuldade de ascensão na carreira que os homens. E mesmo tendo um número substantivo de mulheres nas corporações, parecia que nada mudava em relação às diferenciações de gênero. Este grupo ainda enfrentava um ambiente hostil em relação à sua presença profissional e nesse contexto, o *script sexuado* surgia como uma forma de impedimento na progressão da carreira, ou ainda, um *script sexuado de carreira*, na tentativa de mostrar como mulheres experimentavam uma ascensão mais lenta ou limitada em relação a seus colegas masculinos.

A sub-representatividade das mulheres demonstrava que existia uma segregação interna na advocacia francesa e que elas raramente atingiam o *status* de associados ou demoravam bem mais que seus colegas do sexo masculino. Às mulheres, ainda, era feita uma associação natural de um trabalho artesanal dos serviços jurídicos na França. Entretanto, as pesquisadoras pedem cautela em relação a essa “especificidade”, haja vista que poderia estar havendo uma essencialização da profissão.

Além disso, o *script social* associava ambições e maiores remunerações muito mais facilmente aos homens que às mulheres. As mulheres eram - e ainda são - vistas como menos disponíveis pelas empresas e estas acabavam justificando, dessa forma, os atrasos na ascensão profissional dessas mulheres. Assim como em outros mercados de trabalho, a presença prolongada no escritório era um critério para que fosse percebido um compromisso junto à profissão. E mesmo quando as mulheres apontavam esse tempo disponível para o trabalho, a elas recaía a desconfiança se elas realmente o teriam. E em um ambiente altamente competitivo, sua possível indisponibilidade poderia lhe custar a vaga.

Gloria Bonelli (2008, 2013) salientou que a partir dos anos 90, quando houve um crescimento na criação de Faculdades de Direito em todo o país - principalmente de cursos privados - pessoas oriundas de classes e origens sociais mais diversas passaram a ingressar em um ambiente repleto de tradições masculinas: o ramo jurídico. E nesse *boom acadêmico*, a entrada de mulheres ocorreu de forma considerável. Ao longo dos anos 2000, o número de mulheres cadastradas na OAB paulista, ou em processo de adesão, era maior que 50% em relação ao número de homens - proporção que aumentou em 10 anos

(BONELLI, 2008), demonstrando, na prática, um processo de feminização na área jurídica brasileira.

Para a pesquisadora, existe um discurso nas carreiras jurídicas voltado para a ideologia do profissionalismo, na qual a *expertise* é levada em consideração e não o gênero. Categorias como a meritocracia, o desempenho e o comprometimento laboral para ascensão na carreira ao longo do século XXI foram trabalhadas por esta nova lógica. Ainda, a neutralidade afetiva, ter a competência para prestar um serviço especializado e ter dedicação integral são elementos que também compõem a ideologia do profissionalismo.

Gloria Bonelli evidenciou em seus estudos que nas carreiras jurídicas ocorre o fenômeno do *script sexuado*: homens são vistos como mais competentes e não precisam demonstrar suas habilidades de prontidão. Em contrapartida, as mulheres devem demonstrar suas competências e ainda estarem disponíveis integralmente para trabalharem nos processos jurídicos. Esta atribuição não é cobrada do ser masculino em virtude de não estar associado a eles os cuidados com os filhos ou com a família, de uma forma geral. Logo, a escolha para cargos mais elevados geralmente ocorre para aqueles enquadrados na ideologia profissional, configurando, dessa forma, em dar a preferência aos homens.

Logo, o gênero como um marcador de desigualdade passava a ser percebido e a baixa representatividade feminina em altos postos passava a ser vista como uma realidade. Durante suas entrevistas, Gloria Bonelli (2008) percebeu que o fato de as mulheres serem mães e profissionais era vista como boa e ruim: boa porque conseguiam mostrar a outras mulheres a conciliação de suas carreiras com suas vidas privadas; ruim porque não ocupavam vagas onde existiam mais hostilidades, cabendo aos homens tal posição.

Indo de encontro com o protocolo da neutralidade do profissionalismo, as mulheres eram preteridas por conta de uma possível maternidade sendo que muitas não a realizavam por conta da excessiva carga de trabalho e a dedicação integral. Os escritórios paulistas preferiam não contratar mulheres para cargos mais altos, mantendo o “teto de vidro” na profissão e as mulheres em ocupações menos prestigiosas.

41 OS ABRIGOS DE MERCADO E OS SISTEMAS CREDENCIAIS: UMA RELAÇÃO COM A DEFENSORIA PÚBLICA CARIOCA

Dentro de contextos totalmente formalizados, onde a profissionalização está ancorada, existe uma preferência de homens ocupando cargos estratégicos e não mulheres, favorecendo o primeiro grupo e não o segundo: nos cargos elencados como os mais prestigiosos e de maior *status* social, a ocupação histórica nos remete às figuras masculinas.

Um abrigo de mercado de trabalho, para Freidson (1998) representa um controle ocupacional sobre a oferta e demanda dos serviços. Assim como existem vários tipos diferentes de abrigos, os critérios que favorecem alguns “abrigados” e afastam

ou excluem outros também variam na mesma medida. Para o autor, o que importa são os abrigos de mercado de trabalho negociados de maneira formal baseados em treinamento, competência e qualificação, alegando que tais formas de interação social demonstram mais sobre uma organização ocupacional, não interessando, portanto, estudar as conspirações informais das instituições, onde as mesmas não são tão visíveis ao público (p. 121).

Tais abrigos podem servir para restringir a entrada de outros participantes que não os membros legítimos. O recrutamento, bem como o treinamento, daqueles tidos como competentes é amplamente controlado, tanto em profissões mais especializadas como naquelas com menor grau de especialização. A forma como um integrante profissional é selecionado, treinado e visto como um autêntico para exercer sua profissão é fundamental para estabelecer, e manter, um abrigo de mercado de trabalho.

Entretanto, no interior de profissões já estabelecidas, como a Defensoria Pública carioca, existe uma organização informal, na qual os trabalhos e as tarefas são distribuídos entre aquelas e aqueles que podem, ou devem, realizá-las. E, assim, as mulheres tendem a ficar com as atividades mais voltadas para o cuidado dos jurisdicionados ou mesmo em relação às questões de ordem da própria classe.

Outro conceito trazido por Freidson (1998) é o de sistemas credenciais. Baseado em um tripé - universidades, associações e Estado - o sistema de credenciamento estabelece, bem como sustenta, lugares no mercado tanto para intelectuais como para os praticantes e os administradores. Exercendo o poder entre aqueles que praticam a profissão junto aos clientes, tal sistema condiciona quem entra e aonde podem atuar. E através do *gatekeeping*¹, aqueles que ocupam os cargos mais altos da hierarquia do Direito, exercem um controle institucionalizado dentro de uma margem flexível de julgamento sobre os e as profissionais.

5 | GÊNERO E PROFISSÕES JURÍDICAS NO BRASIL: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

No país, desde os anos 1990, uma vasta produção no que se refere às questões voltadas para o gênero e profissões jurídicas vem sendo construída. Através da análise do gênero como uma categoria analítica, os debates sobre marcadores de diferenças sociais estão sendo contestados, inclusive ganhando outros significados. E isso se aplica à questão das percepções de gênero também.

Ana Paula Sciammarella (2019) em sua tese intitulada “Magistratura das magistradas: uma análise da condição profissional feminina no Judiciário fluminense” analisou a relação entre gênero e profissões baseada na trajetória de vida e profissional das operadoras do Direito, mostrando que não é possível para elas uma separação entre carreira e vida

¹ Freidson se utilizou do termo para explicar o poder exercido por profissionais. Usou como exemplo os professores, os quais ao recrutarem os participantes para suas pesquisas decidem quais serão ou não aprovados, quem deverá receber cartas de recomendações ou bolsas de fomento à pesquisa. (1998:25). Aqui, o termo será usado para fazer referência à discricionariedade em relação aos cargos ocupados por homens e mulheres, dentro de um discurso igualitário.

pessoal.

Através da categorização em tipos ideais de magistradas - as pioneiras, as profissionais e as militantes – a pesquisadora buscou analisar as percepções sobre as desigualdades de gênero e as barreiras que tiveram que ser ultrapassadas para que seus objetivos fossem atingidos: ocupar uma cadeira na magistratura. As desigualdades de gênero foram relatadas por conta das relações desiguais de poder entre mulheres e homens dentro da profissão.

Juliana Gomes, Rafaela Nogueira e Arguelhes (2018) analisaram que os tribunais costumam ser instituições voltados para a defesa e para a promoção dos direitos de minorias sociais. Entretanto, ao estudarem as relações entre as ministras e os ministros no Supremo Tribunal Federal, os autores perceberam que os juízes usavam seu poder de pedidos de vista quando algum parecer era realizado por uma relatora, demonstrando, para os autores, que a competência de uma mulher era colocada em desconfiança em relação a um par seu do sexo masculino. Algumas vezes, a discordância era feita de forma pública, a fim de constranger publicamente a mulher profissional, haja vista que algumas deliberações do STF são televisionadas.

Gloria Bonelli (2017), em seu estudo sobre a docência do Direito, constatou que em diversas pesquisas, tanto em países com tradição em direito civil como em consuetudinário, o controle no ingresso dos novos membros, a fim de produzir uma elite profissional ligada às esferas políticas, garantiu a não entrada de grupos minoritários, os quais não se associavam àqueles ligados ao mundo hegemônico profissional.

No Brasil, essa situação não diferiu. Entre o século XIX - quando da criação dos cursos de Direito - até a última década do século XX - nosso sistema de justiça era composto pelos grupos majoritários formados, na sua essência, por homens. Todavia, entre os anos 1990, com o aumento dos cursos privados sobre o ensino do Direito, a entrada de mulheres nesse ramo também se expandiu, mas não alterou as relações verticalizadas, as quais são mais reconhecidas que as horizontalizadas, dentro da lógica estatal burocrática brasileira.

Patrícia Bertolin (2017) analisou que a entrada das mulheres na advocacia brasileira ficou perceptível a partir dos anos 1980, sendo que nas duas últimas décadas em torno de 52% do quadro da OAB era composto por mulheres. Mas, apesar do ingresso em massa das mulheres na advocacia, elas geralmente se encontravam nos estágios iniciais da carreira, como empregadas de escritórios ou associadas a eles. A dedicação exigida às profissionais do Direito, principalmente em relação aos seus tempos dedicados à maternidade, a qual era vista por ambos os sexos como incompatível ao exercício da profissão, era apenas um dos critérios que avaliava o comprometimento profissional.

Sua pesquisa demonstrou que mesmo onde o trabalho em *home office* era permitido formalmente às advogadas, isso poderia acarretar prejuízos à ascensão de uma posição mais prestigiosa na empresa. E com tantas cobranças sobre as advogadas, o sentimento de culpa surgia muitas vezes, fazendo que não pleiteassem por um avanço profissional.

Outras acabavam abandonando o escritório, preferindo uma jornada de trabalho mais formatada, como os setores jurídicos de grandes empresas, conseguindo, assim, conciliar suas vidas profissional e pessoal.

Ana Paula Sciammarella, Rafaela Moreira e Fragale (2015) no estudo “Magistratura e gênero: um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do Judiciário brasileiro” analisaram a ascensão de mulheres rumo à magistratura a partir da existência de um “telhado de vidro”, preocupando-se em explorar o que significa a representação feminina neste âmbito. Para os pesquisadores, a questão da neutralidade e da igualdade, estes sendo alguns atributos de um processo de profissionalismo, contrastava com possíveis barreiras para que as mulheres atingissem posições mais elevadas dentro do Judiciário.

Através de um “sistema de gênero”, (grifo original) ou seja, um sistema socialmente construído onde homens e mulheres ocupam dados lugares, tanto nas instituições como na sociedade, os pesquisadores perceberam a predominância de um paradigma masculino no exercício da profissão onde as profissionais deveriam apresentar uma postura mais rígida cujo intuito era de afirmar suas competências profissionais.

Daniela Vaz (2013) analisou a participação das mulheres nas carreiras públicas e percebeu que lá também se reproduzia uma desigualdade dos sexos no que diz respeito às posições hierárquicas, sendo isso percebido como a presença feminina nos escalões governamentais mais baixos e em órgãos mais voltados às missões sociais.

Segundo a pesquisadora, as mulheres ingressaram em grande escala na educação superior após a LDB² de 1961, a qual igualava a Escola Normal aos demais cursos do antigo segundo grau³, permitindo, desta forma, que pessoas que cursavam Magistério (na sua grande maioria, mulheres) passassem a disputar o vestibular. Ainda, em profissões ditas mais femininas, o valor social e de mercado eram sempre mais baixos em relação às ditas masculinas.

Muitas vezes, o fato de um homem ser gerenciado por uma mulher poderia acarretar situações de conflitos, onde muitas vezes eles acabavam por escolher posições mais prestigiosas e chefiadas por homens, colocando a mulher sempre na posição de que ela deveria provar que seria capaz de ocupar tal local na instituição.

Fontainha (2013)⁴ pesquisou o concurso da Magistratura francesa e seu processo de ingresso. E apesar de deixar claro que sua pesquisa não se tratava sobre a feminização da magistratura francesa (p. 204), alguns apontamentos foram levantados, haja vista que o assunto “sexo” (grifo original) apareceu em suas entrevistas por três vezes.

Sua análise demonstrou que o critério adotado não eram os conhecimentos específicos em Direito e sim a pessoa em si no processo de admissão, já que o processo oral francês se dá via contato face a face. Logo, o gênero era um elemento cognitivo em

2 Lei de Diretrizes e Bases.

3 Atualmente, chama-se Ensino Médio.

4 O pesquisador enfatiza que não fazia perguntas em relação a gênero para seus entrevistados e que não dedicou atenção especial a isso. Porém, tais colocações, ao longo de sua empiria, marcaram seu campo de pesquisa. (2013: 195).

que jurados, candidatas e candidatos franceses levavam em consideração, elaborando, assim, estratégias para o concurso da magistratura na França. O aumento de candidatas passou a ser considerável a partir de 1975, superando o número em 2007, demonstrando que era um concurso feminizado, mas de primazia masculina (FONTAINHA, 2013: 205).

Maria Natália Silveira (2009), em sua dissertação sobre as delegadas paulistas, discutiu esta profissão e gênero. Ao analisar a presença feminina na carreira de delegada de polícia em São Paulo, a qual era majoritariamente composta por homens, salientou que na criação das DDM's⁵ houve um processo de feminização neste órgão, ocasionando, desta forma, um entrave na ascensão profissional das delegadas. Isso porque tal repartição policial era vista e considerada pelas e pelos policiais civis como uma posição desprestigiada no interior da corporação.

A pesquisadora percebeu que as mulheres ocupantes deste cargo eram tidas como assistencialistas, cumpridoras de seu papel construído socialmente, onde deveriam ocupar posições de cuidado, enquanto aos homens caberia a função repressiva da profissão. Além disso, uma humanização com a chegada das mulheres na corporação era dita por seus interlocutores, reproduzindo, desta forma, o discurso de essencializar os papéis da mulher e do homem na sociedade.

Rennê Barbalho (2008), em sua tese de doutorado sobre a feminização das carreiras jurídicas, analisou como a entrada de mulheres em carreiras hegemonicamente ocupadas por homens impactou a maneira do pensar e do fazer o trabalho profissional. Através da Sociologia das Profissões, percebeu a composição de um mundo jurídico, o qual era tido como menos hostil para se exercer uma profissão, moldado pela chegada da “outra”.

Cristina Bruschini e Maria Lombardi (1999), no artigo “Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras profissionais de prestígio” analisaram o avanço feminino em carreiras até então tidas como de ocupação exclusiva de homens, como a medicina, o direito, a engenharia e a arquitetura.

Segundo as pesquisadoras, a partir de 1970, por contas de diversas manifestações culturais ao redor do mundo entre os anos 1960 e 70, as mulheres passaram a integrar o mercado de trabalho, priorizando sua formação educacional, bem como suas profissionalizações, iniciando um rompimento, desta forma, com os padrões sociais que guardavam a elas o lugar do casamento e da maternidade.

No caso do Direito, o qual aqui interessa, as autoras consideraram que a passagem de uma advocacia tradicional para uma moderna pesou na relação incipiente com as mulheres, em especial na chegada de um modelo de grandes escritórios de advogados, onde o recrutamento se dava via estagiários que poderiam ser contratados como sócios ou autônomos após sua formação. Com uma visão interdisciplinar, esse novo modelo ia de encontro com o padrão generalista adotada pelos cursos de Direito. Por conta disso, muitas mulheres recém-formadas ingressavam nesses escritórios, onde acabavam ficando mais

⁵ Delegacias de Defesa da Mulher.

expostas a altos níveis de competição e discriminação.

Devido a diferentes configurações no cenário profissional da advocacia brasileira, muitas vezes desfavorável, muitas mulheres passaram a vislumbrar posições na magistratura. Entretanto, principalmente para as profissionais mais jovens que chegavam a tal posto, sua vida conjugal e familiar era abalada: por diversas vezes ocorria o desafio de tentar explicar aos seus companheiros esse papel de prestígio social e de boa remuneração, geralmente imposto ao homem, além da tentativa de conciliar a maternidade a esta nova função. Mas, mesmo com tais conciliações a serem pensadas, a magistratura ainda era tida como uma profissão atraente devido a uma maior flexibilidade nos horários e estabilidade financeira.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Gloria Bonelli (2017), na burocracia estatal a neutralidade profissional anulava as desigualdades entre mulheres e homens, bem como os métodos de escolha dos membros serem tidos como uma forma objetiva através dos concursos públicos. Tais métodos reforçam um apagamento frente ao gênero, onde, no discurso, não são levados em conta diferenças corporais, mas somente aquelas que remetam a um “bom profissional”.

Com isso, a normasculinidade⁶ dentro do ramo jurídico prevalece com tais atitudes performáticas, onde o padrão masculino é sempre o ideal. O uso moderado de maquiagem, o jeito no caminhar, a utilização de roupas tidas como discretas, cabelos ajeitados e tom de voz adequado são mais bem vistos para uma profissional feminina, favorecendo, desta maneira, o apagamento de gênero.

Em uma sociedade altamente diferenciada como a brasileira, seria muito difícil formular cenários construtivos de ciclo de vida capazes de anular as diferenças existentes que, ao mesmo tempo, poderiam se tornar uma ocasião para evocar sentimentos poderosos. Para Simon e Gagnon (1986), as questões sobre o que constitui a maturidade sexual mínima variam consideravelmente ao longo do tempo e das culturas. Para além de seus próprios requisitos intrínsecos, o sexuado também compartilha o ônus de demonstrar competência social, de gênero e moral.

Para Nicky Le Feuvre e Nathalie Lepeyre (2005), por conta da divisão sexual do trabalho doméstico e educacional, as mulheres investem mais em nichos profissionais, à procura de uma soberania temporal. Por conta disso, podem receber menor remuneração que seus cônjuges, sendo tal atitude ainda totalmente aceita na vida social. Apesar da grande entrada das mulheres nas profissões, e em especial no meio jurídico, isso não muda os atributos que são desejados no momento das seleções.

As pesquisadoras concluíram que ainda é muito útil apontar as experiências das

6 O termo “normasculinidade” foi usado por Danielle Chabaud-Rychter et al (2014) para explicar que historicamente os discursos científicos dominantes tornaram invisíveis as questões de gênero dentro da produção do conhecimento do pensamento social ocidental.

mulheres nas profissões jurídicas a fim de entender melhor as transformações que elas passam, mostrando “o quanto esta profissão permanece mergulhada em uma certa misoginia e atravessada por práticas discriminatórias para as mulheres” (tradução livre) (LE FEUVRE, LAPEYRE, 2005: 121).

Porém, não há como mudar uma cultura de desigualdades sem que haja um esforço em alterar as relações homem e mulher no ambiente familiar, bem como as relações de poder no ambiente profissional.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Rennê M. **A feminização das carreiras jurídicas: construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos. Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6663?show=full>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

BERTOLIN, Patrícia T. M. **Feminização da advocacia e ascensão das mulheres nas sociedades de advogados**. Cadernos de pesquisa, v. 47, n. 163, p. 16-42, jan/ mar 2017. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742017000100016&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 29 mai. 2019.

BONELLI, Maria da Gloria. **Docência do Direito: fragmentação institucional, gênero e interseccionalidade**. Cadernos de Pesquisa [online]. 2017, vol.47, n.163, pp.94-120. ISSN 0100-1574. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000100094&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 29 maio 2019.

BONELLI, Maria da Gloria. **Carreiras jurídicas e vida privada: intersecções entre trabalho e família**. Cadernos Pagu [online]. 2016, n.46, pp.245-277. ISSN 0104-8333. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600460245>>. Acesso em: 29 maio 2019.

BONELLI, Maria da Gloria. **Profissionalismo, gênero e diferenças nas carreiras jurídicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

BONELLI, Maria da Gloria *et al.* **Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia**. Tempo social. 2008, São Paulo, vol.20, n.1, pp.265-290. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a13v20n1.pdf>>. Acesso em 29 mai. 2019.

BONELLI, Maria da Gloria, BARBALHO, Rennê Martins. **O profissionalismo e a construção do gênero na advocacia paulista**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008, p. 275 a 284. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/271146491_O_profissionalismo_e_a_construcao_do_genero_na_advocacia_paulista>. Acesso em: 29 mai. 2019.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBRADI, Maria R. **Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras profissionais de prestígio**. Revistas Estudos Feministas, 1999. UFSC. Vol. 7, Nº 1 e 2 (1999) Número duplo - Dossiê Mulheres Indígenas. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11950>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

CHABAUD- RYCHTER, Danielle; DESCOUITURES, Virginie; DEVREUX, Anne- Marie, VARIKAS, Eleni. **O gênero nas Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora Universidade Brasília, 2014.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FONTAINHA, Fernando de C. **Como tornar-se juiz? Uma Análise Interacionista sobre o Concurso da Magistratura Francesa**. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

FREIDSON, Eliot. **O renascimento do profissionalismo**. São Paulo: EDUSP, 1998.

FREIDSON, Eliot. **Professional powers: a study of the institutionalization of formal knowledge**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

GAGNON, John H.; SIMON, Willian. **Sexual Scripts: Permanence and Change**. Archives of Sexual Behavior, Vol. 15, No. 2, 1986 archives of Sexual Behavior, Vol. 15, No. 2, 1986. Disponível em:< <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01542219>. Acesso em: 29 mai. 2019.

GOMES, Juliana C. A.; NOGUEIRA, Rafaela, ARGUELHES, Diego Werneck. **Gênero e comportamento judicial no supremo tribunal federal: os ministros confiam menos em relatoras mulheres?** Revista Brasileira Políticas Públicas, Brasília, v.8, nº 2, 2018, p. 854- 876. Disponível em:< <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/5326>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

LE FEUVRE, Nicky; LAPEYRE, Nathalie. **Les “scripts sexués” de carrière dans le professions juridiques en France**. *Work & Society* vol. 1, nº 3, Londres: Mirella Giannini, 2005, pp.102-126. Disponível em:< <https://core.ac.uk/download/pdf/18165723.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

SCIAMMARELLA, Ana Paula. **Magistratura das magistradas: Uma análise da condição profissional feminina no Judiciário fluminense**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Jurídicas), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, UFF, Niterói.

SCIAMMARELLA, Ana Paula; MOREIRA, Rafaela S.; FILHO, Roberto F. **Magistratura e gênero: um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro**. E-Cadernos, CES, 24, 2015: 57-77. Disponível em:< <https://journals.openedition.org/eces/1968>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

SILVEIRA, Maria Natália B. da. **As delegadas de polícia de São Paulo: profissão e Gênero**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos. Disponível em:< <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6700/2460.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

WIEDERMAN, Michael W. **Sexual Script Theory: Past, Present, and Future**. J. DeLamater, R.F. Plante (eds.), Handbook of the Sociology of Sexualities, Handbooks of Sociology and Social Research, DOI 10.1007/978-3-319-17341-2_2, Springer International Publishing Switzerland, 2015. Acesso em: 08 ago. 2018. Disponível em:< https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-17341-2_2. Acesso em: 29 mai. 2019.

VAZ, Daniela V. **O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 765- 790; dez. 2013. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/07.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 28, 29, 35, 62

Assistência de Enfermagem 158, 159, 160, 163, 164, 165

C

Centro de Atenção Psicossocial 12, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165

Cibercultura 12, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 142, 143, 144

Cidadania 9, 4, 18, 31, 32, 33, 38, 57, 90, 108, 114, 133, 135, 136, 137, 138, 142, 163, 204

Cinema 59, 60, 61, 62, 64, 65, 69

Comunicação online 12, 133

Comunidade 10, 11, 3, 4, 6, 9, 12, 14, 15, 16, 18, 28, 30, 31, 34, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 87, 105, 109, 112, 113, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 158, 163, 181, 182, 184, 188, 189, 192, 199, 203, 204, 208

Comunidade de Investigação 10, 36, 37, 38, 39, 42, 46

Consumo 12, 21, 91, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143

Controle Social 85, 87, 88, 90, 96

Currículo 59, 60, 61, 63, 69, 73, 114, 124

Cursinho pré-vestibular 13, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208

D

Defensoria Pública 166, 170, 171

Diálogo 13, 17, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 60, 66, 74, 75, 88, 117, 119, 130, 141, 204

Diferença 17, 59, 60, 61, 63, 68, 69, 87, 92, 94, 103, 116, 118, 120

Diversidade 1, 2, 7, 8, 9, 41, 45, 81, 83, 88, 94, 101, 116, 117, 118, 119, 129

E

EAD 143, 144, 191, 192, 193, 210

Edificações 122, 123, 125, 131

Educação 2, 9, 10, 12, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 17, 19, 26, 27, 30, 31, 36, 37, 38, 46, 47, 48, 52, 57, 59, 60, 61, 69, 71, 79, 85, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 131, 132, 133, 135, 137, 139, 143, 144, 145, 155, 156, 176, 177, 178, 179, 190, 192, 197, 200, 201, 202, 205, 208, 210

Educação Básica 3, 79, 100, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 201, 202, 204, 205, 207, 210

Educação Escolar Indígena 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9

Educação Intercultural 71, 72, 73, 76

Educação para o Pensar 10, 36, 37, 38, 45, 46

Educação Superior 71, 75, 173

Enfermagem psicossocial 158, 160

Enfermagem psiquiátrica 158, 160

Ensino 9, 10, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 90, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 126, 129, 130, 131, 146, 149, 152, 154, 155, 172, 173, 179, 182, 184, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210

Ensino Híbrido 10, 13, 48, 50, 51, 52, 56, 57, 191, 193, 197, 199, 200

Ensino Médio 10, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 46, 48, 52, 57, 78, 146, 173, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Escola 10, 11, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 48, 49, 53, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 69, 75, 98, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 134, 137, 144, 154, 156, 161, 162, 164, 165, 173, 179, 190, 201, 202

Estágio Supervisionado 11, 12, 13, 19

Experiência formativa 11, 115, 116

F

Filosofia 36, 37, 38, 41, 46, 47, 63, 65, 68, 69, 205, 207, 210

Formação 9, 11, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 30, 31, 33, 38, 46, 52, 69, 71, 73, 74, 75, 79, 82, 83, 89, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 122, 123, 129, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 174, 188, 193, 197, 200, 208, 209, 210

Formação continuada do professor gestor 100

Formação de Professores 9, 3, 8, 9, 18, 20, 71, 74, 75, 79, 101, 102, 103, 112, 113, 114, 210

Formação Docente 18, 69, 74, 100, 104, 110, 111

Formação inicial do professor gestor 100

G

Gênero 9, 11, 12, 59, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 97, 148, 155, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Gestão Participativa 11, 14, 15

I

Inclusão 9, 10, 1, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 57, 69, 81, 83, 118, 120, 137, 141, 144, 160

Interculturalidade 11, 2, 81, 83, 84, 115, 116, 117, 118, 119, 120

L

Legislação Educacional 1, 2

M

Mercado de Trabalho 73, 145, 146, 147, 149, 155, 170, 171, 174

Metodologias ativas 10, 48, 49, 52, 54, 57, 179

Multiculturalidade 115, 116, 117, 119

P

Pais 10, 2, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 62, 110, 112, 116, 145, 149, 189

Percurso Formativo 10, 20, 22, 26

Prática Avaliativa 71, 72, 73, 77, 78, 79

Prática Pedagógica 19, 21, 23, 45, 52, 53, 71, 73, 79

Professor gestor 11, 100, 101, 112

Profissional 8, 20, 30, 101, 155, 156, 209

Projeto de Extensão Social 201, 203

Psicologia Escolar 28, 31, 35

R

Recursos Educacionais Abertos 20, 22, 24, 26

Representações Sociais 11, 85, 87, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 161

S

Sala de aula invertida 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Saúde mental 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Segurança Pública 137, 178, 182, 188

Sociologia das Profissões 166, 174

T

Tecnologia Digital 12, 178, 179, 183

Tutor Inteligente 191, 192, 194, 198, 199

V

Videoconferência 13, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200

Violência Urbana 11, 85, 87, 93, 96, 97

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no
Brasil 2**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020